



Porto Alegre, 28 de maio de 2012.

Para

Município do Rio Grande/RS
Gabinete de Compras e Licitações Públicas
Central de Compras - GABEX
Rua Marechal Floriano, 458 – Centro
Rio Grande - RS

Ref.: Edital de Concorrência 006/2012

Ass.: Questionamentos Adicionais

Prezados Senhores:

A Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda., interessada em participar da licitação em epígrafe, cujo objeto é a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município do Rio Grande”, quando estava em fase final de elaboração de sua Proposta Técnica, após visitas e ampla coleta de dados na cidade, foi surpreendida, no último dia 25/05/2012, de mais um esclarecimento enviado por e-mail dessa PMRG/SMMA, em que cita:

- “Esclarecimentos 2 e 3: Planos Regionais, desde que mantidas as características exigidas para os serviços em pauta, serão válidos para a pontuação de Experiência da Empresa e Coordenador Geral, desde que o somatório da população e área dos municípios considerados supere os valores mínimos de 190.000 habitantes e área de 3.000 km², respectivamente.”

Esse esclarecimento se refere a exigência do Edital supramencionado, que cita:

- “Plano Municipal de Saneamento, Planos Setoriais de Saneamento, Plano de Bacia Hidrográfica, Planos de Desenvolvimento, etc., desenvolvidos em municípios com no mínimo 190.000 habitantes e com área territorial a partir de 3.000 km², ...”

A nossa interpretação do edital e do esclarecimento recebido é a seguinte:

- Planos municipais/setoriais de saneamento, vale o critério da população do município (190.000 hab); e
- Planos regionais, planos de bacia hidrográfica, planos de desenvolvimento regionais, etc., vale o critério da área do planejamento (3.000km²).

Acreditamos estar correto o nosso entendimento, certo?

Em caso contrário, em que fossem exigidos simultaneamente os 02 (dois) critérios em um mesmo atestado técnico, a exigência seria descabida e desprovida de conteúdo técnico e lógico. Por exemplo, o acervo referente ao PMSB de Porto Alegre não serviria para esta licitação, uma vez que a capital do Estado, apesar de contar com cerca de 1.500.000 habitantes, possui área de abrangência geográfica menor do que 500 km².

Por outro lado, caso os dois critérios fossem exigidos simultaneamente, em um mesmo atestado técnico, o Edital de Concorrência 006/2012 e essa Administração Pública estariam incorrendo em ilícito legal, uma vez que estariam afrontando a Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e contratos na Administração Pública, que determina:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do



objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas a exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)”

A esse respeito, o Tribunal de Contas da União – TCU, em “Licitações & Contratos – Orientações Básicas”, disponível em www.tcu.gov.br, corrobora o previsto na lei, com o texto a seguir transcrito:

“DELIBERAÇÕES DO TCU

O art. 30 da Lei 8.666, de 1993, e seu inciso II dizem, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidade. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível se entende ser assemelhada; não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. Decisão 1288/2002 Plenário”

Ora, se o município do Rio Grande tem área de 2.710 km², a exigência de atestado para PMSB para municípios ou regiões com mais de 3.000 km² afronta a legislação pertinente, conforme relatado anteriormente. Isto poderia levar a presente licitação a um impasse jurídico, fruto de recursos tempestivos e, até mesmo, a impugnação do edital que baliza a presente licitação.

Cumprе salientar que exigências de quantitativos acima do escopo da contratação, além de ser ilegal restringe, em muito, a competitividade da licitação, pois muito poucas empresas no Brasil teriam atestado referentes a saneamento em municípios com grandes áreas e populações, simultaneamente. Naturalmente que não é essa a intenção dessa Administração Municipal.

Ciente de seu correto entendimento para a questão ora proposta, aguardamos a manifestação a respeito, ainda antes da data aprazada para o certame.

Atenciosamente,

FERNANDO FAGUNDES
CREA/RS 012185
DIRETOR
ENGEPLUS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA